

GRAN

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABANHO.

1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsiderando as instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e/ou apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.

2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.

3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.

4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.

5 Nenhuma folha deste caderno pode ser removida, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.

6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN  
VOCÊ É IMPARÁVEL!

## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:  
[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## **FICHA TÉCNICA DO MATERIAL**

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2502269023M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

2º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região  
TRT 10ª Região

**CARGO:**

Analista Judiciário - Área Judiciária

**MODELO/BANCA:**

Cebraspe

**EDITAL:**

Pós-Edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

3/2025

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

3/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

## TRT 10ª REGIÃO (DFTO) - 2º SIMULADO - CARGO 12 ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)

### Língua Portuguesa

Fidelis Almeida

Em 1543, Nicolau Copérnico publicou *Sobre a revolução dos corpos celestes*. Sua tese era de que a Terra gira em torno do Sol. Em 1590, Galileu Galilei realizou experimentos para mostrar que a velocidade de objetos em queda é proporcional à densidade deles, e não ao peso. Em 1609, Johannes Kepler, usando mapas estelares de Tycho Brahe, calculou as três leis do movimento dos planetas. Na década de 1670, Isaac Newton elaborou uma teoria unificada que ligava todas estas descobertas e descrevia o comportamento do universo mecânico em três fórmulas simples. É claro que é fácil demais ver tudo isso como a investida triunfante da humanidade para o mundo moderno, saindo de milênios de superstição obscura e ignorância e entrando na luz da razão. Mas os sacerdotes-iniciados dos templos egípcios que sabiam que Sirius era um sistema de três estrelas estavam cientes, milhares de anos antes, de que a Terra gira em torno do Sol. Além disso, como estamos prestes a ver, há provas de que os heróis da ciência moderna – as pessoas de quem menos esperaríamos isto – estavam profundamente imersos na sabedoria antiga.

Copérnico reconheceu que suas ideias vinham da leitura de textos do mundo antigo, e Kepler, quando formulou suas teorias, estava consciente da sabedoria antiga que agia por intermédio dele. No prefácio do quinto volume de *Harmonices Mundi* (1619), ele escreveu: “Sim, furtei os vasos dourados dos egípcios para construir um santuário para o meu Deus (...).” Kepler era um amigo de longa data de Richard Beshold, que trabalhou estreitamente com Valentine Andrae e com frequência é considerado colaborador deste no Manifesto Rosa-cruz. Isaac Newton, nascido em Woolthorpe, em Lincolnshire, não tinha mais do que um metro e meio de altura. Era estranho, excêntrico, sexualmente confuso e solitário. Em seus dias de estudante, morou com um farmacêutico que se revelou um iniciado na alquimia. Então o caminho de Newton se abriu à frente dele. Newton, não menos do que Cornelius Agrippa, tentou descobrir o sistema completo do mundo. Ele passou a acreditar que os segredos da vida estão codificados de forma numérica no tecido da natureza. Também acreditava que as pistas para decifrar estes códigos estão ocultas nos códigos numéricos e linguísticos de antigos livros de sabedoria e nas antigas construções, como a Grande Pirâmide e o Templo de Salomão. Era como se Deus tivesse aplicado um teste à humanidade. Só quando a humanidade desenvolvesse inteligência suficiente ela seria capaz de reconhecer a presença destes códigos e decifrá-los. Essa época, pensava Newton, havia chegado.

BLACK, Jonathan. *A História Secreta do Mundo*. Tradução de Ryta Vinagre. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. (com adaptações)

Considerando as ideias desenvolvidas no texto, julgue os itens subsequentes.

**1** A afirmação de que Kepler furtou os vasos dourados dos egípcios apresenta sentido literal, pois o texto sugere que ele obteve conhecimento egípcio por meio de textos históricos resgatados de templos antigos.

**2** No texto a menção ao sistema de três estrelas de Sirius funciona como um argumento que reforça a ideia de que o conhecimento avançado da astronomia já existia em civilizações antigas, antes das descobertas da ciência moderna.

**3** O texto apresenta a alquimia como uma prática incompatível com a visão científica de Newton, pois ressalta que ele precisou se afastar dessa tradição para desenvolver sua teoria do mundo físico.

Acerca dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

**4** No quinto período do primeiro parágrafo, o vocábulo “como” funciona como conjunção comparativa.

**5** No segundo período do primeiro parágrafo, a oração “de que a Terra gira em torno do Sol” funciona sintaticamente como complemento nominal do substantivo “tese”.

**6** No terceiro período do primeiro parágrafo, a correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso o segmento “à densidade deles” fosse substituído por **a sua densidade**.

**7** O emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “à” em “à humanidade” é obrigatório.

**8** No penúltimo período do primeiro parágrafo, o emprego da preposição “de” (segunda ocorrência) explica-se pela regência da forma verbal “estavam”.

**9** No último período do primeiro parágrafo, os travessões são empregados em razão do valor explicativo do segmento “as pessoas de quem menos esperaríamos isto”.

Considerando o Manual de Redação da Presidência da República, julgue o item a seguir.

**10** No endereçamento de comunicações oficiais destinadas ao Presidente da República, admite-se o uso da forma abreviada “V. Exa.” para referir-se à autoridade no corpo do texto.

### Noções Gerais de Direito

Maria Christina

**11** O imposto sobre bens e serviços atenderá ao princípio da seletividade conforme descrito na Constituição.

**12** O imposto seletivo poderá ter o mesmo fato gerador e a mesma base de cálculo de qualquer outro tributo.

**13** O valor do IBS e da CBS integrará a base de cálculo do imposto seletivo.

14 O IBS e a CBS terão o mesmo fato gerador, qual seja, incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.

15 O imposto seletivo na extração será cobrado independentemente da destinação, caso em que a alíquota máxima corresponderá a 2% do valor de mercado do produto.

## Direito Constitucional

Ricardo Blanco

16 Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.

17 São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

18 A ausência do presidente da República do país ou a ausência do governador do Estado do território estadual ou do país é uma causa temporária que impossibilita o cumprimento, pelo chefe do Poder Executivo, dos deveres e responsabilidades inerentes ao cargo. Desse modo, para que não haja acefalia no âmbito do Poder Executivo, o presidente da República ou o governador do Estado deve ser devidamente substituído pelo vice-presidente ou vice-governador, respectivamente. Em decorrência do princípio da simetria, a Constituição estadual deve estabelecer sanção para o afastamento do governador ou do vice-governador do Estado sem a devida licença da Assembleia Legislativa.

19 Segundo o STF, os substitutos eventuais do Presidente da República – o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 80) – ficarão unicamente impossibilitados de exercer, em caráter interino, a Chefia do Poder Executivo da União, caso ostentem a posição de réus criminais, condição que assumem somente após o recebimento judicial da denúncia ou da queixa-crime (CF, art. 86, § 1º, I). Essa interdição, contudo – por unicamente incidir na hipótese estrita de convocação para o exercício, por substituição, da Presidência da República (CF, art. 80) –, não os impede de desempenhar a chefia que titularizam no órgão de Poder que dirigem, razão pela qual não se legitima qualquer decisão que importe em afastamento imediato de tal posição funcional em seu órgão de origem.

20 É inadequado recurso extraordinário contra acórdão de turma do Supremo.

21 Compete ao STF processar e julgar ação penal ajuizada contra civis e militares não detentores de foro privilegiado quando existir evidente conexão entre as suas condutas e as apuradas no âmbito mais abrangente de procedimentos em trâmite na Corte que envolvam investigados com prerrogativa de foro.

22 Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

23 Não há impedimento nem suspeição no julgamento de ações de controle concentrado de normas, exceto se o próprio ministro indicar razões de foro íntimo.

24 O foro especial por prerrogativa de função previsto na CF em relação às infrações penais comuns não é extensível às ações de improbidade administrativa, de natureza civil. (...) não há lacuna constitucional, mas legítima opção do poder constituinte originário em não instituir foro privilegiado para o processo e julgamento de agentes políticos pela prática de atos de improbidade na esfera civil.

25 Não compete ao STF conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.

## Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

26 Com a modernização da administração pública, a descentralização dos serviços pode ocorrer não apenas por meio da criação de entidades da administração indireta, mas também por meio de parcerias público-privadas (PPPs) e concessões, ampliando a participação do setor privado na execução de serviços públicos.

27 As sociedades de economia mista possuem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, mas estão sujeitas a controle estatal, inclusive no que diz respeito à transparência e à governança corporativa, conforme estabelecido na Lei das Estatais (Lei n. 13.303/2016).

28 Com a transformação digital, a Lei n. 14.129/2021, que trata do Governo Digital, incentiva a digitalização dos atos administrativos, não permitindo a produção de documentos eletrônicos assinados digitalmente, pois não possuem o mesmo valor jurídico dos documentos físicos assinados manualmente.

29 O uso de inteligência artificial (IA) pela administração pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência, sendo vedada qualquer forma de decisão automatizada que afete direitos individuais sem possibilidade de revisão humana.

30 A Lei n. 8.112/1990 prevê penalidades disciplinares para servidores públicos, incluindo demissão por atos de improbidade administrativa, sendo que, após a reforma da Lei n. 8.429/1992, a improbidade passou a exigir a comprovação de dolo específico.

31 A Lei n. 14.133/2021 eliminou a modalidade de convite e implementou a obrigatoriedade do uso da licitação eletrônica como regra, buscando ampliar a competitividade e transparência nos processos licitatórios.

32 A Lei n. 9.784/1999, ao tratar do processo administrativo federal, passou a ser interpretada em conformidade com a Lei do Governo Digital, permitindo que processos administrativos sejam conduzidos inteiramente de forma digital, salvo exceções expressamente previstas.

33 Após a reforma da Lei n. 8.429/1992, a configuração do ato de improbidade administrativa exige dolo específico, afastando a possibilidade de punição baseada em culpa ou erro grosseiro na gestão pública.

34 Durante a pandemia da COVID-19, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a responsabilidade civil do Estado em relação às ações de combate à crise sanitária deveria ser analisada sob a ótica da razoabilidade e da imprevisibilidade, podendo excluir a responsabilidade estatal em determinadas situações excepcionais.

35 A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018) não impõe restrições ao tratamento de dados pessoais por órgãos públicos, sendo que, mesmo quando há interesse público envolvido, o titular dos dados deve ser informado sobre a finalidade e o tempo de retenção das informações coletadas.

## Noções de Direitos Humanos

Daniel Barbosa

36 De acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos, todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

37 De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção.

38 De acordo com a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção.

39 De acordo com a Resolução n. 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), considera-se equidade os modos de viver, costumes, afinidades linguísticas de um determinado povo que criam as condições de pertencimento.

40 De acordo com a Convenção sobre os direitos da criança, quando uma criança se vir privada ilegalmente de algum ou de todos os elementos que configuram sua identidade, os Estados Partes deverão prestar assistência e proteção adequadas com vistas a restabelecer rapidamente sua identidade.

## Noções de Governança Pública

Rafael Barbosa

41 A gestão de projetos se diferencia da gestão de processos por sua natureza temporária e única, enquanto a gestão de processos é contínua e repetitiva. Projetos possuem escopo bem definido, entregas específicas e ciclo de vida composto por fases bem delimitadas.

42 A melhoria contínua dos serviços públicos exige um processo de retroação que permita avaliar os resultados e ajustar ações, seguindo ciclos de qualidade como o PDCA, que inclui planejar, executar, checar e agir, sem a pretensão de corrigir falhas.

43 A sustentabilidade na gestão pública deve abranger não apenas o aspecto ambiental, mas também os pilares econômico e social, garantindo que as políticas públicas sejam financeiramente viáveis e promovam equidade social, além da preservação dos recursos naturais.

44 A acessibilidade digital para pessoas com limitações motoras pode ser promovida por meio de tecnologias assistivas, como comandos de voz, atalhos de teclado e interfaces adaptáveis, garantindo inclusão e equidade no acesso a serviços públicos digitais.

45 A inovação na gestão pública enfrenta dificuldades devido à rigidez burocrática, à resistência à mudança e à necessidade de cumprir normas e procedimentos rígidos, o que pode dificultar a implementação de novas ideias e tecnologias.

46 O Design Thinking é uma abordagem de solução de problemas centrada no cliente, que utiliza empatia, colaboração e experimentação para desenvolver soluções inovadoras e alinhadas às necessidades dos usuários, ainda que não haja participação destes.

47 O Supremo Tribunal Federal (STF), em sua visão de futuro, destaca a importância da combinação entre inteligência humana e artificial para aprimorar a prestação jurisdicional e ampliar a eficiência no atendimento ao cidadão. No âmbito da Justiça do Trabalho, a inteligência artificial pode ser utilizada apenas para tarefas relacionadas à atividade-meio, não sendo possível o seu uso para acelerar a tramitação de processos, analisando padrões de decisões e otimizando a distribuição de demandas entre magistrados.

48 A comunicação eficiente na gestão pública e a construção de redes organizacionais com a sociedade civil são fundamentais para fortalecer a transparência, a participação cidadã e a governança colaborativa.

49 A transparência é essencial para a manutenção da integridade na administração pública, pois permite o controle social, reduz a opacidade das decisões e dificulta práticas ilícitas.

50 A Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, estabelecida pela Resolução CNJ n. 325/2020, orienta os tribunais a serem mais acessíveis, ágeis e inovadores, garantindo um sistema judicial mais eficiente e transparente.

**Direito Civil**

Cristiny Rocha

Acerca das disposições da Lei de introdução às normas do direito brasileiro, analise a assertiva seguinte:

**51** A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça, salvo quando moralmente legítimas e indispensáveis ao ato.

Sobre desconsideração da personalidade jurídica, conforme lei e jurisprudência, analise a assertiva seguinte e informe se está correta ou errada.

**52** Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, uma vez reconhecido o grupo econômico e verificada confusão patrimonial, é possível desconsiderar a personalidade jurídica de uma empresa para responder por dívidas de outra, inclusive em cumprimento de sentença, sem ofensa à coisa julgada.

**53** Conforme entendimento do STF sobre responsabilidade civil, é possível afirmar que, na hipótese de publicação de entrevista em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se à época da divulgação, havia indícios concretos da falsidade da imputação, sendo dispensável a demonstração de que o veículo tenha deixado de observar o dever de cuidado na verificação da veracidade dos fatos.

**54** Conforme entendimento do STJ, a formalização posterior da união estável com adoção de regime distinto daquele previsto pelo Código Civil para os casos em que não há manifestação formal equivale à modificação de regime de bens na constância do relacionamento, produzindo efeitos apenas a partir da elaboração da escritura, ou seja, eficácia *ex nunc*.

**55** Conforme entendimento do STJ, o prazo prescricional trienal vale somente para as hipóteses de responsabilidade extracontratual, aplicando à reparação de danos, no âmbito da responsabilidade contratual, o prazo decenal, na ausência de prazo específico.

**56** Conforme disposições do Código Civil a respeito do direito da prescrição, é possível afirmar que prescreve, em quatro anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

**57** Conforme disposições do Código Civil a respeito do direito de posse, é possível afirmar que o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e restituído no de esbulho, assim como tem direito a ser segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

Conforme disposições do Código Civil sobre transformação, incorporação, fusão e cisão, analise a assertiva a seguir:

**58** O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.

Conforme disposições do Código Civil sobre transformação, incorporação, fusão e cisão, analise a assertiva a seguir:

**59** Até cento e oitenta dias após publicados os atos relativos à incorporação, fusão ou cisão, o credor anterior, por ela prejudicado, poderá promover judicialmente a anulação deles.

Sobre inventário e partilha e a necessidade de colação de bens, analise a assertiva seguinte:

**60** Só o valor dos bens doados entrará em colação, não assim o das benfeitorias acrescidas, as quais pertencerão ao herdeiro donatário, correndo também à conta deste os rendimentos ou lucros, assim como os danos e perdas que eles sofrerem.

**61** As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo judicial nos termos da lei processual civil.

Analise o item a seguir e indique se está certo ou errado.

**62** Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. Entretanto, tem-se que a pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

**63** A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.

Analise a assertiva a seguir e indique se está certa ou errada.

**64** Em caso de requerimento de conversão de união estável por mandado, a procuração deverá ser pública e com prazo máximo de sessenta dias.

Analise o item a seguir conforme a jurisprudência do STJ e indique se está certo ou errado:

**65** O direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória.

**Direito Processual Civil**

Lídia Marangon

**66** Não se admite como paradigma, em sede de embargos de divergência, os julgados proferidos em ações com natureza jurídica de garantia constitucional (*habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança e mandado de injunção).

**67** A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.

**68** Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor por arbitramento ou pelo procedimento comum.

**69** Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

**70** O CPC de 2015 aboliu a distribuição por dependência.

**71** A toda causa será atribuído valor certo, salvo se não tiver conteúdo econômico imediatamente aferível.

**72** O instrumento adequado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público é o mandado de segurança.

**73** Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

**74** É inadmissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

**75** Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com o dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

**76** Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 30 (trinta) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.

**77** O revel somente poderá intervir no processo até a prolação da sentença.

**78** Os fatos notórios independem de prova.

**79** A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro de domicílio do autor.

**80** Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

**Direito do Trabalho**

Fernanda Rocha

**81** A duração diária do trabalho pode ser acrescida de, no máximo, duas horas extras, desde que haja acordo individual, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

**82** A remuneração da hora extra deverá ser, no mínimo, 50% superior à da hora normal, e, na hipótese de rescisão contratual sem a compensação integral das horas extraordinárias, o empregado terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas com base na remuneração na data da rescisão.

**83** O regime de compensação de jornada pode ser implementado por acordo individual escrito para compensação em até seis meses, bem como por acordo tácito para compensação no mesmo mês, e, ainda, permite a adoção do sistema 12×36.

**84** O tempo destinado à troca de roupa ou uniforme, mesmo quando não há obrigatoriedade de realizá-la nas dependências da empresa, integra o período em que o empregado está à disposição do empregador.

**85** Os períodos em que o empregado realiza práticas religiosas, por sua escolha, contam como tempo de serviço efetivo e, se excederem a jornada normal, são remunerados como horas extras.

**86** Enquanto o período em que o empregado aguarda ordens ou executa tarefas é considerado de serviço efetivo, atividades pessoais – como lazer – realizadas por livre iniciativa não são computadas como tempo à disposição do empregador para fins de horas extraordinárias.

**87** A negociação coletiva pode dispor sobre temas como o pacto quanto à jornada de trabalho, o banco de horas anual, o intervalo intra-jornada (respeitado o mínimo de 30 minutos para jornadas superiores a seis horas) e o teletrabalho, desde que observados os limites constitucionais e legais.

**88** Se for pactuada cláusula que reduza o salário ou a jornada, o instrumento coletivo deverá prever, como contrapartida, a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do acordo ou convenção.

**89** As gorjetas, sejam elas espontaneamente dadas pelo cliente ou cobradas pela empresa a título de serviço, integram a remuneração do empregado para todos os efeitos legais.

**90** As importâncias pagas a título de auxílio-alimentação, mesmo que habituais, integram o salário do empregado e se incorporam ao contrato de trabalho.

**91** As prestações “in natura” fornecidas habitualmente pelo empregador, como alimentação, habitação e vestuário, integram o salário para todos os efeitos legais, desde que os valores atribuídos sejam justos, razoáveis e não excedam os percentuais previstos em relação ao salário-mínimo.

**92** O pagamento do salário pode ser estipulado por período superior a um mês, independentemente da modalidade do trabalho.

## Direito Processual do Trabalho

Fernanda Rocha

**93** Cabe Recurso de Revista das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

**94** A divergência apta a ensejar os embargos deve ser atual, não se considerando tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

**95** Em relação ao recurso que o relator considerou não ter transcendência, o recorrente poderá realizar sustentação oral sobre a questão da transcendência, durante quinze minutos em sessão.

**96** Na execução trabalhista, a exigência da garantia ou penhora se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.

**97** A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de sessenta dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

**98** A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, não se limita às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição, abrangendo as contribuições previdenciárias não pagas durante todo o contrato de trabalho.

**99** Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.

**100** Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco.

**101** A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

**102** A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, exceto aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004.

**103** A competência da Justiça do Trabalho alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao contrato de trabalho ao objeto da demanda.

**104** Compete à Justiça do Trabalho o julgamento de processos envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais – pessoa física, uma vez que há relação de trabalho entre as partes.

**105** O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, desde que seja de mérito.

## Direito Previdenciário

Fernando Maciel

**106** A primeira norma constitucional brasileira a tratar da Seguridade Social de forma ampla e integrada, abrangendo saúde, previdência e assistência social, foi a Constituição de 1946.

**107** A Lei Eloy Chaves, de 1923, é considerada o marco inicial da Previdência Social no Brasil, pois criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), destinadas inicialmente aos empregados das empresas telegráficas.

**108** O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento na Seguridade Social garante que qualquer pessoa, independentemente de sua contribuição, tenha direito de receber benefícios previdenciários, assistenciais e atendimento gratuito na rede pública de saúde.

**109** O princípio da solidariedade no financiamento da Seguridade Social implica que tanto trabalhadores ativos quanto empregadores e até mesmo a sociedade em geral devem contribuir para a manutenção do sistema, independentemente de usufruírem diretamente dos benefícios.

**110** As contribuições sociais destinadas ao financiamento da Seguridade Social são arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme previsto na Lei n. 8.212/1991.

**111** Nos termos da Lei n. 8.212/1991, considera-se empresa para fins de obrigação previdenciária o empregador, a sociedade empresária e o equiparado à empresa, incluindo cooperativas e associações.

**112** De acordo com a Lei n. 8.212/1991, o fato gerador da cota patronal das empresas ocorre no momento do pagamento dos salários aos empregados e contribuintes individuais.

**113** O auxílio-acidente, previsto na Lei n. 8.213/1991, é um benefício previdenciário de caráter indenizatório, concedido ao segurado que sofra um acidente de qualquer natureza, que lhe acarrete redução da capacidade laborativa, sendo pago cumulativamente com aposentadoria.

**114** O salário-maternidade é um benefício devido à segurada empregada, independentemente de cumprimento de carência, e também pode ser concedido à segurada desempregada, desde que esta mantenha a qualidade de segurada.

**115** A concessão do benefício de aposentadoria especial exige a comprovação do tempo de exposição a agentes nocivos à saúde, sendo suficiente a apresentação de laudos individuais elaborados pelo sindicato da categoria a que pertencer o segurado.

**116** Os servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a administração pública, estão obrigatoriamente vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

**117** A idade mínima para aposentadoria no RPPS, após a Emenda Constitucional n. 103/2019, é de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, independentemente do tempo de contribuição.

**118** A Lei Complementar n. 109/2001 estabelece que os regimes de previdência complementar podem ser operados tanto por entidades abertas de previdência complementar quanto por entidades fechadas, sendo que estas últimas são acessíveis a qualquer pessoa interessada.

**119** Nos planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por entes públicos, a contribuição do patrocinador não pode ser superior à do participante.

**120** A Lei n. 12.618/2012 determina que a contribuição do servidor ao regime de previdência complementar deve ser no percentual fixo de 11%, sendo vedada a variação desse valor conforme a remuneração do servidor.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10<sup>a</sup> REGIÃO**  
**2º SIMULADO**  
**CARGO 12: ANALISTA JUDICIÁRIO**  
**ÁREA: JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)**

## FOLHA DE RESPOSTAS

Item Gabarito	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Item Gabarito	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Item Gabarito	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Item Gabarito	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Item Gabarito	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
Item Gabarito	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Item Gabarito	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
Item Gabarito	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120

# ASSINATURA ILIMITADA X

**Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.**

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



## **FACILITE SEUS ESTUDOS:**

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



## **TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:**

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



## **VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:**

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



## **TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:**

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



## **NÚMEROS GRANDES:**

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



## **TUDO NA SUA MÃO:**

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

**Contato para vendas:**

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante  
ilimitado agora